

★ continuação

O títulos vencidos no contas a receber de clientes são demonstrados a seguir:

	31 de março de 2025	31 de março de 2024
Contas a receber	535	539
A vencer	533	538
Vencidas	1	2
Mais de 360 dias	1	1
Provisão para devedores duvidosos	(2)	(2)
Total	533	537

9.3 Fornecedores: Contas a pagar a fornecedores são reconhecidos pelo seu valor justo que é equivalente ao seu valor nominal dado que o prazo de pagamento geralmente é menor que três meses. Em 31 de março de 2025 e em 31 de março de 2024, as contas a pagar a fornecedores estavam assim representadas:

	31 de março de 2025	31 de março de 2024
<i>(em milhões de R\$)</i>		
Fornecedores	828	716
Total Fornecedores	828	716

D. OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS, IMOBILIZADO E ATIVOS FINANCEIROS

10. ÁGIO E OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

10.1 Ágio: Combinações de negócios são contabilizadas inicialmente pelo método de aquisição. Os ativos, passivos e passivos contingentes da adquirida são mensurados ao valor justo na data de aquisição. As diferenças de valorização identificadas na data de aquisição são registadas nas respetivas rubricas do ativo e do passivo. A diferença residual entre o custo de aquisição dos títulos e a participação da Companhia na avaliação do valor justo dos ativos e passivos identificados é reconhecida separadamente em “ágio” na demonstração do resultado e atribuída às unidades geradoras de caixa para as quais os benefícios ou as sinergias da aquisição são esperadas. Qualquer excesso (ou “deságio”) é reconhecido imediatamente no resultado como um ganho na compra vantajosa. O ágio reconhecido nas entidades adquiridas é contabilizado pelo método da Companhia e é apresentado em rubrica separada de “Investimentos em coligadas”. Para cada aquisição, a Companhia deve optar entre reconhecer o valor total do ágio, independentemente do percentual de participação adquirido, ou o ágio correspondente à ação adquirida pela Companhia. Os custos de aquisição de combinações de negócios são contabilizados como despesa. Quando o preço de compra inclui uma parte condicional, essa é reconhecida ao justo valor na data de aquisição. Qualquer participação anterior na adquirida antes da incorporação é reavaliada pelo seu valor justo na data de aquisição e o respectivo ganho ou perda é registrado na demonstração do resultado. O ágio foi alocado às seguintes Unidades Geradoras de Caixa (UGC):

	31 de março de 2025	31 de março de 2024
<i>(em milhões de R\$)</i>		
Unidades Geradoras de Caixa		
Tereos Açúcar e Energia Brasil	272	272
Total do Ágio Líquido	272	272

A movimentação do ágio está apresentada a seguir:

	31 de março de 2025	31 de março de 2024
<i>(em milhões de R\$)</i>		
Custo Histórico		
Em 1 de abril	1.235	1.235
Desreconhecimento na alienação de uma subsidiária	(16)	–
Em 31 de março	1.220	1.235
Perdas no Valor Recuperável		
Em 1 de abril	(963)	(963)
Desreconhecimento na alienação de uma subsidiária	16	–
Em 31 de março	(947)	(963)
Valores líquidos em 31 de março	272	272

Em 31 de março de 2025, a alteração no saldo de ágio está relacionada à venda da Teapar. **10.2 Outros ativos intangíveis:** O ativo intangível inclui: • Patentes adquiridas; • Marcas reconhecidas adquiridas que sejam distinguíveis de outras marcas, cujo valor possa ser rastreado ao longo do tempo; • Programas de computador (software); • Algumas despesas qualificáveis de desenvolvimento. As patentes adquiridas e os programas de computador são mensurados ao custo de aquisição e amortizados ao longo de sua vida útil. Os programas de computador são depreciados pelo método linear ao longo do prazo estimado para sua vida útil, que varia de um a cinco anos. Marcas com vida útil indefinida e direitos de emissão não são amortizadas e estão sujeitas a testes anuais de perda no valor recuperável. Amortização, depreciação e perdas no valor recuperável são reconhecidas no resultado operacional. De acordo com as disposições da IAS 38 “Ativo Intangível” (CPC 04 (R1)), os gastos com pesquisa e desenvolvimento são registrados como despesa no resultado do exercício em que são incorridos, com exceção de determinadas despesas qualificáveis de desenvolvimento que se enquadram nos critérios de capitalização definidos na norma. A movimentação de outros ativos intangíveis nos últimos exercícios está apresentada a seguir:

	Patentes, licenças	Outros	Total
<i>(em milhões de R\$)</i>			
Custo Histórico			
31 de março de 2023	93	140	233
Baixas	(1)	–	(1)
Reclassificações	2	–	2
31 de março de 2024	95	140	235
Reclassificações	4	–	4
31 de março de 2025	98	140	238
Amortização e Perdas no Valor Recuperável			
31 de março de 2023	(81)	(14)	(95)
Amortização	(3)	(5)	(8)
Baixas	1	–	1
31 de março de 2024	(83)	(19)	(102)
Amortização	(3)	(5)	(7)
Reversão de perda no valor recuperável	1	–	1
Outros	(1)	–	(1)
31 de março de 2025	(86)	(24)	(110)
Valores líquidos em 31 de março de 2023	12	126	138
Valores líquidos em 31 de março de 2024	11	121	132
Valores líquidos em 31 de março de 2025	12	116	128

A coluna de “Outros” refere-se à celebração do contrato entre a Tereos e a VLI, onde a Tereos se compromete a investir na infraestrutura da VLI e tem um contrato comercial para transporte de açúcar bruto do terminal de Guará-SP ao porto de Santos-SP, onde a VLI executará serviços de elevação para carregar embarcações para exportação para a Tereos. **10.3 Teste do valor recuperável dos ativos:** De acordo com as disposições da norma IAS 36 (CPC 01 (R1)) “Redução ao valor recuperável de ativos”, ágio, ativo imobilizado e ativo intangível são submetidos a testes de perda no valor recuperável sempre que eventos ou alterações em circunstâncias indicarem que seu valor contábil poderá não ser recuperado. Ágio e ativo intangível de vida útil indefinida são submetidos a testes de perda no valor recuperável pelo menos uma vez ao ano ou mais frequentemente, se houver indícios de perda de valor. A Companhia efetua o teste anual de impairment durante o último trimestre do ano. A fim de determinar se houve perda no valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (“UGC”), que correspondem aos menores grupos de ativos geradores de fluxos de caixa claramente independentes daqueles gerados por outras UGCs. O ágio é alocado a unidades geradoras de caixa ou grupos de unidades geradoras de caixa que deverão se beneficiar com as combinações de negócios nas quais o ágio foi registrado. Um teste de perda no valor recuperável consiste em comparar o valor contábil de um ativo, uma UGC ou um grupo de UGCs com seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O valor em uso é obtido adicionando os fluxos de caixa descontados, antes de impostos, que se espera resultem do uso do ativo (ou grupo de ativos) ao valor terminal. O valor recuperável é determinado pelo valor em uso, utilizando o modelo de fluxos de caixa futuros descontados com base em planos de médio prazo, construídos num horizonte de 5 anos, elaborados pela gestão e revistos pela Administração da Companhia, que levam em consideração as premissas de cada atividade e são baseadas em dados de mercado, bem como no desempenho da Companhia no passado. As premissas adotadas em relação à evolução das vendas e fluxos de caixa projetados são considerados razoáveis e em linha com os dados de mercado disponíveis. As principais premissas e estimativas são para a produção de açúcar preços de venda de açúcar esperados, produções agrícolas considerando o contexto de mudanças climáticas, custos de energia e matérias-primas e outros fatores macroeconômicos. O valor justo menos os custos de venda correspondem ao montante que se poderia obter com a venda de um ativo (ou grupo de ativos) numa transação em condições normais de mercado, deduzido dos custos diretamente relacionados com a venda. Quando o valor recuperável for inferior ao valor contábil do ativo (ou grupo de ativos), uma perda no montante dessa diferença será registrada no resultado a título de redução no valor recuperável, sendo deduzida primeiramente do ágio. As perdas reconhecidas no valor recuperável do ágio não podem ser revertidas em períodos subsequentes. O teste de perda no valor recuperável é feito anualmente no último trimestre do ano fiscal ou em qualquer momento em que o Grupo identificar um evento relevante. As principais premissas utilizadas para calcular o valor em uso das UGC estão apresentadas a seguir:

	31 de março de 2025	31 de março de 2024
<i>Açúcar & Energia no Brasil</i>		
Base usada para determinação do valor recuperável	Valor em uso	Valor em uso
	Plano de negócios para 5 anos de fluxos de caixa descontados	Plano de negócios para 5 anos de fluxos de caixa descontados
Fonte		
Taxa de crescimento usada para valor terminal	3,5%	3,3%
Taxa de desconto após impostos	12,1%	11,6%
Taxa de desconto antes dos impostos	16,4%	16,8%

Perda no valor recuperável durante o exercício: Nenhuma provisão para redução do valor recuperável foi registrada em 31 de março de 2025. **Análise de sensibilidade:** Durante o último trimestre do exercício de 2024/2025, a análise de sensibilidade ao valor recuperável das principais foi baseada nas seguintes premissas: • Alteração na taxa de desconto após impostos de +/- 1 ponto; • Mudança na taxa de perpetuidade de +/- 0,5 ponto; • Alteração da margem EBITDA no último ano do modelo de negócios de +/- 1 ponto; • Queda de 10% nos preços do açúcar nos três primeiros anos do plano de negócios. Essas alterações nas premissas não resultariam no reconhecimento de uma perda por impairment, mantida as demais condições constantes.

11. IMOBILIZADO

O ativo imobilizado é reconhecido inicialmente pelo custo de aquisição (preço de compra acrescido de custos incidentais necessários para colocar o ativo em operação) ou pelo custo de produção acrescido de quaisquer custos diretamente atribuíveis à colocação do ativo no local e nas condições necessárias para que seja capaz de funcionar da maneira pretendida pela Administração, exceto no contexto de uma combinação de negócios. Quando certos componentes do imobilizado adquirido têm vidas úteis diferentes, aplica-se o método dos componentes, pelo qual esses componentes são depreciados ao longo de sua respectiva vida útil. As despesas correspondentes à substituição ou ao reparo de um componente de um ativo imobilizado são contabilizadas como um novo ativo e o valor contábil desses ativos substituídos é batizado. Assim, o custo estimado da parcela do custo total de um imobilizado que deve ser substituído anualmente é registrado como um componente separado do custo do ativo imobilizado e depreciado ao longo de sua vida útil estimada separadamente. É, então, substituído durante as principais atividades de manutenção anual. Os custos de manutenção periódica normal são debitados ao resultado, quando incorridos, desde que as peças substituídas não melhorem a capacidade de moagem ou representem benefícios para o ativo imobilizado. Segundo a norma internacional IAS 23 (CPC 20 (R1)), juros sobre empréstimos usados para adquirir um ativo imobilizado com valor individual e vida útil relevantes são reconhecidos no ativo imobilizado aumentando o custo de aquisição do ativo. No ano, foram capitalizados R\$ 16 milhões (R\$ 12 milhões em 31 de março de 2025) à taxa média de 10,3% ao ano (8,9% ao ano em 31 de março de 2024). Os custos de plantio da cana-de-açúcar fazem parte do ativo imobilizado. São avaliados ao custo e depreciados ao longo de sua vida útil. A amortização e depreciação são calculadas pelo método linear ao longo da vida útil estimada de cada ativo: Edificações 20-40 anos Instalações técnicas, equipamentos e ferramentas industriais 10-15 anos Utensílios e melhorias em edificações 10-20 anos Planta portadora 5-6 anos Equipamentos de escritório 5 anos Equipamentos de transporte 5 anos

NOTAS EXPLICATIVAS DA TEREOS AÇÚCAR E ENERGIA BRASIL S.A.

A movimentação do ativo imobilizado está apresentada a seguir:

	Terrenos	Ferramentas, equipamentos e instalações	Planta portadora	Outros	Ativos em andamento	Ativo de uso	Total
<i>(em milhões de R\$)</i>							
Custo Histórico							
31 de março de 2023	22	959	2.554	1.393	318	175	5.892
Aquisições/reavaliações	–	–	–	499	–	302	1.044
Reclassificações	–	63	116	14	16	(197)	(81)
Baixas	–	–	(11)	(158)	(10)	–	(180)
31 de março de 2024	22	1.022	2.659	1.747	323	280	6.676
Aquisições/reavaliações	–	–	–	529	–	296	1.069
Reclassificações	1	–	326	–	125	(456)	(60)
Baixas	–	(3)	(15)	(237)	(16)	–	(270)
31 de março de 2025	23	1.020	2.970	2.040	433	120	809
Amortização, Depreciação e Perdas no Valor Recuperável							
31 de março de 2023	(2)	(431)	(1.630)	(487)	(267)	–	(183)
Amortização e depreciação	(1)	(37)	(123)	(222)	(14)	–	(141)
Reclassificações	–	–	–	(14)	–	93	79
Baixas	–	–	11	156	10	–	178
Reversão de perdas no valor recuperável	–	–	1	–	–	–	1
31 de março de 2024	(3)	(467)	(1.741)	(567)	(270)	–	(232)
Amortização e depreciação	(1)	(37)	(122)	(307)	(24)	–	(168)
Reclassificações	–	–	–	–	–	57	57
Baixas	–	2	14	23	15	–	261
Reversão de perdas no valor recuperável	–	1	1	–	–	–	2
31 de março de 2025	(3)	(502)	(1.849)	(643)	(278)	–	(343)

	31 de março de 2023	31 de março de 2024	31 de março de 2025	31 de março de 2023	31 de março de 2024	31 de março de 2025
Valores líquidos em						
Valores líquidos em	21	529	923	906	51	175
Valores líquidos em	20	555	918	1.181	53	280
Valores líquidos em	20	518	1.121	1.396	154	120
31 de março de 2025	20	518	1.121	1.396	154	120
31 de março de 2025	20	518	1.121	1.396	154	120
31 de março de 2025	20	518	1.121	1.396	154	120
31 de março de 2025	20	518	1.121	1.396	154	120
31 de março de 2025	20	518	1.121	1.396	154	120
31 de março de 2025	20	518	1.121	1.396	154	120

12. ATIVO DE DIREITO DE USO E ARRENDAMENTOS

Os arrendamentos, conforme definido pelo IFRS 16 (CPC 06 (R2)) “Arrendamento mercantil”, são reconhecidos no balanço patrimonial como um ativo imobilizado, que corresponde ao direito de uso do ativo arrendado durante a vigência do contrato e como um passivo, relacionado à obrigação de pagamento. Para fins de simplificação e conforme permitido pela norma, os contratos de arrendamento com prazo inferior a 12 meses, bem como contratos cujo valor de reposição é menor ou igual a USD 5.000, não foram reconhecidos de acordo com o IFRS 16 (CPC 06 (R2)). Os principais contratos de locação identificados correspondem a terrenos, maquinário de veículos e determinadas propriedades. **Mensuração do direito de uso de ativos:** Na data de assinatura de um contrato de arrendamento, o ativo de direito de uso é avaliado ao custo e corresponde ao valor inicial do passivo do arrendamento, ajustado, se necessário, pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados reconhecidos no balanço patrimonial. O direito de uso é amortizado durante a vida útil dos ativos subjacentes. **Mensuração do passivo de arrendamento:** Quando o contrato é assinado, o passivo de arrendamento é reconhecido por um valor igual ao valor presente dos pagamentos do arrendamento pelo prazo do contrato. O valor do passivo depende em grande parte das premissas utilizadas para o prazo do arrendamento e, em menor grau, da taxa de desconto. A extensa cobertura geográfica da Companhia significa que ele encontra uma ampla gama de diferentes condições legais ao celebrar contratos. As premissas de contratos geralmente usados para calcular o passivo são aquelas negociadas inicialmente, levando em consideração as opções de rescisão antecipada ou extensão, quando provável. O passivo relacionado ao contrato de arrendamento é aumentado pelo valor da despesa de juros determinada pela aplicação da taxa de desconto ao passivo no início do período e reduzido pelos pagamentos efetuados. A despesa de juros do período, bem como os pagamentos variáveis, não considerados na avaliação inicial do passivo e incorridos durante o período em questão, são reconhecidos como despesa. O passivo pode ser remensurado quando o prazo do arrendamento for revisado, quando uma modificação vinculada à avaliação da natureza razoavelmente certa (ou incerta) do exercício de uma opção ou uma revisão das taxas ou índices nos quais os aluguéis são baseados na data do ajuste. Em 31 de março de 2025, 385 contratos ativos foram apresentados de acordo com o IFRS 16. **12.1 Ativo de direito de uso:** As alterações nos ativos de direito de uso são apresentadas da seguinte forma:

	Terrenos	Ferramentas, equipamentos e instalações	Planta portadora	Outros	Total
<i>(em milhões de R\$)</i>					
Custo Histórico					
31 de março de 2023	323	9	2	137	471
Aquisições/reavaliações	54	5	–	184	243
Reclassificações	(10)	(9)	–	(74)	(93)
31 de março de 2024	367	5	2	248	622
Aquisições/reavaliações	18	12	5	209	244
Reclassificações	(23)	–	–	(34)	(57)
31 de março de 2025	363	17	7	423	809
Amortização e Perdas no Valor Recuperável					
31 de março de 2023	(88)	(8)	(1)	(86)	(183)
Amortização	(44)	(2)	–	(95)	(141)
Reclassificações	10	9	–	74	93
31 de março de 2024	(123)	–	(1)	(108)	(232)
Amortização	(43)	(2)	(4)	(119)	(168)
Reclassificações	23	–	–	34	57
31 de março de 2025	(143)	(3)	(5)	(192)	(343)
Valores líquidos em 31 de março de 2023	235	2	1	51	288
Valores líquidos em 31 de março de 2024	245	4	1	140	390
Valores líquidos em 31 de março de 2025	220	14	2	230	467

12.2 Arrendamentos: O valor líquido dos arrendamentos não atualizados como parte da norma IFRS 16 (CPC 06 (R2)) é o seguinte:

	31 de março de 2025
<i>(em milhões de R\$)</i>	
Despesas de contratos de curto prazo (< 1 ano)	(16)
Despesas de contratos de curto prazo (< 5.000 USD)	(22)
Outros	(17)
Total Arrendamentos	(56)

13. INVESTIMENTOS EM COLIGADAS

Os investimentos em coligadas da Companhia são contabilizados utilizando o método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, o investimento em coligadas é registrado inicialmente ao custo de aquisição, determinado na data de aquisição. Após a aquisição, o valor contábil do investimento apresentado no balanço patrimonial é ajustado, de modo a refletir as alterações na participação da Companhia no patrimônio líquido contábil, incluindo o resultado abrangente do período. O ágio referente à coligada é incluído no valor contábil do investimento e não é amortizado. A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados das operações das coligadas. Qualquer mutação em outros resultados abrangentes dessas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia. Além disso, quando houver qualquer mutação reconhecida diretamente no patrimônio líquido da coligada, a Companhia reconhece sua participação nessa mutação, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados decorrentes de transações entre a Companhia e suas coligadas são eliminados com base no percentual de participação nas coligadas. O total da participação da Companhia no resultado de uma coligada é apresentado na demonstração do resultado, fora do lucro operacional, e representa o resultado após impostos nas subsidiárias da coligada. Quando possível, as demonstrações financeiras das coligadas são preparadas para a mesma data-base de apresentação da Companhia. Sempre que necessário, são realizados ajustes para adequar as práticas contábeis àquelas da Companhia. Caso a participação da Companhia nas perdas de uma coligada seja maior ou igual ao seu investimento nessa empresa, incluindo quaisquer créditos não garantidos, a Companhia não reconhecerá perdas adicionais, a menos que tenha uma obrigação de efetuar ou já tenha efetuado pagamentos em nome da coligada. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia verifica a necessidade de reconhecer uma perda no valor recuperável de seu investimento nas coligadas. A Companhia determina, a cada data de apresentação, se há qualquer evidência objetiva de que o investimento na coligada tenha sofrido perda no valor recuperável. Nesse caso, a Companhia calcula o valor da perda como sendo a diferença entre o valor recuperável da coligada e seu valor contábil, e reconhece esse montante na demonstração do resultado. Quando um investimento deixa de ser uma coligada, a Companhia passa a calcular e reconhecer o investimento remanescente a valor justo. Eventuais diferenças entre o valor contábil da coligada, por ocasião da perda da influência significativa, e o valor justo do investimento remanescente e resultados decorrentes de sua alienação são reconhecidas na demonstração do resultado. Entidades nas quais a Companhia não exerce influência significativa são mensuradas a valor justo e classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda. Os principais investimentos em coligadas em 31 de março de 2025 estão apresentados a seguir:

	Participações (%)	Patrimônio líquido em 31 de março de 2025	31 de março de 2025	31 de março de 2024
<i>(em milhões de R\$)</i>				
Teapar	0,00%	–	–	5
Centro de Tecnologia Canavieira	4,42%	1.162	53	47
Usina Vertente Ltda.	50,00%	421	209	147
Tereos Commodities Brasil	81,00%	(8)	(6)	(5)
Total		1.576	255	193
Equivalência patrimonial				
<i>(em milhões de R\$)</i>				
Teapar		(4)	1	7
Centro de Tecnologia Canavieira		8	–	–
Usina Vertente Ltda.		64	50	50
Tereos Commodities Brasil		(1)	(2)	–
Total		67	(3)	57

Conforme mencionado, a Teapar foi vendida em 27 de fevereiro de 2025 (nota 5).

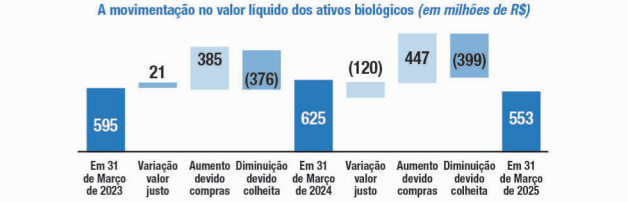
As variações nos investimentos em coligadas estão apresentadas a seguir:

	31 de março de 2024	Equivalência patrimonial	Dividendos pagos	Mutação em outros resultados abrangentes	31 de março de 2025
<i>(em milhões de R\$)</i>					
Teapar	5	(4)	(1)	–	–
Centro de Tecnologia Canavieira	47	8	(2)	–	53
Usina Vertente Ltda.	147	64	–	(3)	209
Tereos Commodities Brasil	(5)	(1)	–	–	(6)
Total	193	67	(3)	(3)	255

E. ATIVOS BIOLÓGICOS

A IAS 41 (CPC 29) “Ativo biológico e produto agrícola” aborda o tratamento contábil das atividades que envolvem ativos biológicos (como plantações de cana-de-açúcar) ou produtos agrícolas (na época da colheita). Os ativos biológicos e respectivos produtos agrícolas devem ser reconhecidos ao valor justo menos as despesas estimadas no ponto de venda. A Companhia, para atender esta norma de mensuração, avalia a cana-de-açúcar em pé pelo valor justo menos o custo de venda e a classifica no ativo circulante. As alterações no valor justo são reconhecidas no custo dos produtos vendidos. As plantas

portadoras são mensuradas ao custo histórico, em conformidade com a IAS 16 (CPC 27), e reconhecidas no balanço patrimonial no ativo imobilizado. A metodologia adotada pela Companhia para determinar o valor justo do nível 3 dos ativos biológicos é descrita na nota 16.1.



→continuação

As diversas categorias de ativos financeiros são apresentadas a seguir:
Em 31 de março de 2025:

		Empres- timos e recebíveis a custo amor- tizado	Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado abrangente	Nível do valor justo
<i>(em milhões de R\$)</i>	Notas	Total			
Contas a receber	9.2	533	533	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	16.5	1.261	-	1.261	1-2
Outros ativos financeiros circulares		508	332	18	158 176 1-2
<i>dos quais Derivativos</i>	17	176	-	18	158 176 1-2
<i>dos quais Impostos a recuperar</i>		49	49	-	-
<i>dos quais Chamadas de margem</i>	16.4	33	33	-	-
<i>dos quais Adiantamentos a fornecedores</i>		249	249	-	-
<i>dos quais Outros</i>	1	1	-	-	-

Total dos ativos financeiros circulares	2.303	865	1.279	158	1.437	-
Ativos financeiros não circulares com partes relacionadas	22.2	582	582	-	-	-
Outros ativos financeiros não circulares		207	203	-	4	4 1-2
<i>dos quais Derivativos</i>	17	4	42	-	4	4 1-2
<i>dos quais Depósitos judiciais</i>		51	51	-	-	-
<i>dos quais Impostos a recuperar</i>		-	-	-	-	-
<i>dos quais Caixa restrito</i>		-	-	-	-	-
<i>dos quais Outros</i>	110	110	-	-	-	-

Total dos ativos financeiros não circulares	789	785	-	4	4	-
Total dos Ativos Financeiros	3.092	1.650	1.279	162	1.442	-

		Empres- timos e recebíveis a custo amor- tizado	Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado abrangente	Nível do valor justo
<i>(em milhões de R\$)</i>	Notas	Total			
Contas a receber	9.2	537	537	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	16.5	1.778	-	1.778	1-2
Outros ativos financeiros circulares		418	367	-	51 51 1-2
<i>dos quais Derivativos</i>	17	51	-	-	51 51 1-2
<i>dos quais Impostos a recuperar</i>		39	39	-	-
<i>dos quais Chamadas de margem</i>	16.4	169	169	-	-
<i>dos quais Adiantamentos a fornecedores</i>		159	159	-	-
<i>dos quais Outros</i>	-	-	-	-	-

Total dos ativos financeiros circulares	2.733	904	1.778	51	1.829	-
Ativos financeiros não circulares com partes relacionadas	22.2	464	464	-	-	-
Outros ativos financeiros não circulares		224	217	-	7	7 1-2
<i>dos quais Derivativos</i>	17	7	-	-	7	7 1-2
<i>dos quais Depósitos judiciais</i>		48	48	-	-	-
<i>dos quais Impostos a recuperar</i>		63	63	-	-	-
<i>dos quais Caixa restrito</i>		100	100	-	-	-
<i>dos quais Outros</i>	6	6	-	-	-	-

Total dos ativos financeiros não circulares **688** **681** **-** **7** **7** **-**
Total dos Ativos Financeiros **3.420** **1.585** **1.778** **58** **1.836** **-**
16.3 Financiabilidades: Mensuração e reconhecimento de passivos financeiros ao custo amortizado: Com exceção de passivos financeiros ao valor justo e derivativos mensurados e reconhecidos ao valor justo, empréstimos captados e outros passivos financeiros são mensurados e reconhecidos inicialmente ao valor justo e, então, ao custo amortizado, de acordo com o método da Taxa de juros efetiva "TJE". De acordo com as políticas contábeis do Grupo, a Companhia classifica os juros pagos nas atividades de financiamento em suas demonstrações dos fluxos de caixa. **Mensuração e reconhecimento de passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado:** Quando um passivo financeiro pode ser reconhecido ao valor justo em sua totalidade - como no caso de um passivo com derivativo embutido - a Companhia registra o passivo pelo seu valor justo, sendo as alterações no valor justo reconhecidas no resultado financeiro. As categorias de passivos financeiros estão apresentadas nos quadros a seguir:

Em 31 de março de 2025:		Passivos finan- ciários ao custo amor- tizado	Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado	Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado abrangente	Nível do valor justo
(em milhões de R\$)		Notas	Total	Valor justo	valor justo
Financiamentos de curto prazo		16.6	1.271	1.224	-
dos quais Financiamentos			1.66	1.110	1.063
dos quais Passivo de arrendamento		16.6	161	161	-
Fornecedores		9.3	828	828	-
Outros passivos financeiros circulares			492	307	22
dos quais Derivativos		17	185	-	22
dos quais Passivos financeiros dados em garantia		16.4	17	17	-
dos quais Impostos e Obrigações estimadas			142	142	-
dos quais Adiantamentos recebidos			64	64	-
dos quais Outros			84	84	-

Total dos passivos						
financeiros circulares	2.590	2.358	22	210	1.363	-
Financiamentos de longo prazo	16.6	2.039	2.039	-	-	1.641
dos quais Financiamentos	16.6	1.699	1.699	-	-	1.641
dos quais Passivo de arrendamento	16.6	341	341	-	-	-
Passivos financeiros não						
circulares com partes relacionadas	22.2	1.292	1.292	-	-	-
Outros passivos financeiros						
não circulares		77	1	-	77	77
dos quais Derivativos	17	77	-	-	77	77
dos quais Outros		1	1	-	-	-
Total dos passivos						
financeiros não circulares	3.409	3.332	-	77	1.718	-
Total dos Passivos Financeiros	5.999	5.690	22	287	3.081	-
Em 31 de março de 2024:					Passivos	

Total dos passivos financeiros não circulares	3.409	3.332	-	77	1.718	-
Total dos Passivos Financeiros	5.999	5.690	22	287	3.081	-

		Passivos finan- ciários ao custo amor- tizado	Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado	Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado abrangente	Nível do valor justo		
(em milhões de R\$)	Notas	Total					
Financiamentos de curto prazo	16.6	1.777	1.800	-	(23)	1.764	2
dos quais Financiamentos	16.6	1.679	1.702	-	(23)	1.764	2
dos quais Passivo de arrendamento	16.6	98	98	-	-	-	-
Fornecedores	9.3	716	716	-	-	-	-
Outros passivos financeiros circulares		617	372	1	244	245	1-2
dos quais Derivativos	17	245	-	1	244	245	1-2
dos quais Impostos e							
Obrigações estimadas		126	126	-	-	-	-
dos quais Adiantamentos recebidos		142	142	-	-	-	-
dos quais Outros		103	103	-	-	-	-

Total dos passivos		2008	2009	2010	2011	2012	2013
financeiros circulares		3.110	2.888	1	221	2.009	-
Financiamentos de longo prazo		16.6	2.516	2.539	-	(23)	2.166
dos quais Financiamentos		16.6	2.195	2.218	-	(23)	2.166
dos quais Passivo de arrendamento		16.6	321	321	-	-	-
Passivos financeiros não							
circulares com partes relacionadas		22.2	608	608	-	-	-
Outros passivos financeiros							
não circulares			133	1	-	133	133
dos quais Derivativos		17	133	-	-	133	133
dos quais Outros			1	1	-	-	-
Total dos passivos							

Total dos passivos financeiros não circulares	3.257	3.147	-	110	2.299	-
Total dos Passivos Financeiros	6.368	6.036	1	331	4.308	-
16.4 Chamadas de margem: Nos mercados regulamentados de futuros, o processo de negociação é regulado por uma corretora para garantir que as transações sejam executadas adequadamente até o vencimento. A corretora é uma intermediária entre o comprador e o vendedor e lida com chamadas de margem em particular. Faz chamadas de margem diárias (variação de margem) que visam reconstituir o depósito de segurança de um investidor se este tiver sido iniciado por um movimento significativo do mercado. As chamadas de margem têm a seguinte composição:						
<i>(em milhões de R\$)</i>		31 de março de 2025	31 de março de 2024			
Margem inicial		62	100			
Variação da margem		(46)	69			
Total		16	169			
<i>Dos quais ativos chamadas de margem</i>		33	169			
<i>Dos quais passivos chamadas de margem</i>		(17)	-			

16.5 Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem valores disponíveis e depósitos bancários resgatáveis no curtíssimo prazo (em até três meses) sem risco significativo de perda de valor no caso de variações nas taxas de juros, e aplicações financeiras que são por natureza altamente líquidas e estão sujeitas a riscos insignificantes de variação no valor. As movimentações no saldo de caixa e equivalentes de caixa são apresentadas na demonstração dos fluxos de caixa. O caixa líquido apresentado na demonstração dos fluxos de caixa é descrito a seguir:

		Nível do valor justo	31 de março de 2025	31 de março de 2024
<i>(em milhões de R\$)</i>				
Certificados de depósitos bancários		2	1.059	875
Total de equivalentes de caixa			1.059	875
Caixa		1	202	903
Total de caixa e equivalentes de caixa			1.261	1.778
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa, Líquido			1.261	1.778

16.6 Financiamentos: As diferentes linhas de crédito de financiamentos estão apresentadas a seguir:
Em 31 de março de 2025:

		Circu- lante	Não circu- lante	Taxa média	Venci- mento
<i>(em milhões de R\$)</i>					
CDI	BRL	231	100	331	15,6% 26/06/2026
SOFR	USD				
	exportação e financ. de LP	394	873	1.267	7,2% 31/10/2029
TJLP	BRL				
	Financiamento de investimentos (BNDES)	93	198	291	11,3% 15/05/2028
TJLP	BRL				
	Financiamento de investimentos (FINEP)	5	16	21	6,8% 15/08/2029
	CRA - Certificado de				
IPCA	BRL				
	Recebíveis do Agronegócio	151	-	151	10,2% 16/03/2026
	Financiamento de				
IPCA	BRL				
	investimentos (PCA BNDES)	2	16	18	10,7% 15/07/2033
IPCA	BRL				
	Debênture de Infraestrutura	215	409	624	11,4% 15/06/2027
SELIC	BRL				
	Financiamento de investimentos (BNDES)	27	82	109	19,1% 15/10/2037
Total taxa variável		1.118	1.694	2.812	10,2%

NOTAS EXPLICATIVAS DA TEREOS AÇÚCAR E ENERGIA BRASIL S.A.

		Circu- lante	Não circu- lante	Total	Taxa média de juros	Venci- mento máximo
<i>(em milhões de R\$)</i>						
Índice	Moeda	Tipo				
Taxa						
fixa	BRL	Financ. de investimentos (PCA BNDES)	1	9	11	6,5% 15/07/2033
	BRL	Financ. de investimentos (PCA)	3	10	13	7,5% 15/07/2030
Total à taxa fixa			4	20	23	7,0%

Total de Financiamentos						
Antes do Custo Amortizado						
Custo amortizado						
	(12)	(15)	(27)			
Total de financiamentos	1.110	1.699	2.808			
Passivo de arrendamento						
	161	341	502			
Total do endividamento	1.271	2.039	3.310			
Caixa e equivalentes de caixa (nota 16.5)						
				(1.261)		
Total do endividamento financeiro líquido				2.049		
Ativos financeiros com partes relacionadas (nota 22.2)				(582)		
Passivos financeiros com partes relacionadas (nota 22.2)				1.292		
Total do Endividamento Financeiro Líquido				1.292		
Incluindo Partes Relacionadas				2.759		

		Circu- lante	Não circu- lante	Total	Taxa média de juros	Venci- mento máximo
<i>(em milhões de R\$)</i>						
Índice	Moeda	Tipo				
CDI	BRL	Capital de giro	-	-	202	12,2% 30/06/2025
CDI	BRL	CRA - Certificado de Recebíveis do Agronegócio	166	-	166	11,4% 15/01/2025
		Pré-financiamento de exportação e financ. de LP				
SOFR	USD	Financiamento de investimentos (BNDES)	728	840	1.568	9,3% 16/11/2032
TJLP	BRL	Financiamento de investimentos (BNDES)	92	287	378	9,9% 15/05/2028
TJLP	BRL	Financiamento de investimentos (FINEP)	5	21	25	6,0% 15/08/2029
		CRA - Certificado de				
IPCA	BRL	Recebíveis do Agronegócio	144	143	287	10,6% 15/10/2024
		CRA - Certificado de				
IPCA	BRL	Recebíveis do Agronegócio	153	-	153	9,6% 16/03/2026
		Financiamento de				
IPCA	BRL	investimentos (PCA BNDES)	2	18	20	10,1% 15/07/2033
IPCA	BRL	Debênture de Infraestrutura	10	583	592	10,8% 15/06/2027
SELIC	BRL	Financiamento de investimentos (BNDES)	24	98	121	15,4% 15/10/2037
Total taxa variável			1.323	2.191	3.514	10,2%
Taxa						
fixa	BRL	Financ. de investimentos (FINAME)	-	-	-	6,0% 18/11/2024
	BRL	Financ. de investimentos (PCA BNDES)	1	11	12	6,5% 15/07/2033
	BRL	Financ. de investimentos (PCA)	3	12	15	7,5% 15/07/2030
	USD	Pré-financiamento de exportação	199	-	199	6,4% 17/02/2025
	BRL	Capital de giro	171	-	171	14,3% 28/06/2024
Total à taxa fixa			374	23	397	9,8%

Total de Financiamentos Antes do Custo Amortizado	1.697	2.213	3.911	10,1%
Custo amortizado	(18)	(18)	(36)	
Total de financiamentos	1.679	2.195	3.875	
Passivo de arrendamento	98	321	419	
Total do endividamento	1.777	2.516	4.293	
Caixa e equivalentes de caixa (nota 16.5)			(1.778)	
Total do endividamento financeiro líquido			2.515	
Ativos financeiros com partes relacionadas (nota 22.2)			(464)	
Passivos financeiros com partes relacionadas (nota 22.2)			608	
Total do Endividamento Financeiro Líquido			2.660	
Incluindo Partes Relacionadas			2.660	

Financiamentos existentes na Companhia: Os financiamentos da Companhia são em sua maioria empréstimos bancários e captações no mercado de capitais, por meio da emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) e Debêntures. A empresa se beneficia de um grande empréstimo de financiamento de projetos do BNDES, um empréstimo de pré-financiamento de exportação e várias linhas de crédito bilaterais de curto e médio prazo. Todas as taxas médias listadas abaixo são ponderadas pelos valores em aberto. Os empréstimos com taxa flutuante são baseados em uma taxa de referência variável (CDI, SOFR USD, entre outros) à qual é adicionada uma margem contratual. A taxa de juros efetiva é a soma de ambos os itens e variam ao longo do tempo, mas uma taxa de juros média anual pode ser calculada conforme a tabela acima. **a/Financiamentos com base em CDI (Certificado de Depósitos Interbancários):** Em 31 de março de 2025, a maior parte da dívida baseada em CDI da Tereos estava na forma de capital de giro, financiamentos estruturados e CRAs. Estes empréstimos possuem uma taxa de juros média de 16%. Em junho de 2024, o Grupo assinou um novo contrato bilateral de R\$ 100 milhões com o Banco Alfa, indexado ao CDI + 0,97%, com vencimento em junho de 2026 com swap para USD para aprimorar o hedge natural com a receita de exportações, mediante a troca por fluxos de caixa futuros de juros atrelados ao SOFR + 2,60%. O valor em aberto dos financiamentos em CDI é de R\$ 331 milhões (R\$ 368 milhões em 31 de março de 2024), dos quais R\$ 331 milhões com hedge em uma operação de swap SOFR em dólar americano (USD). **b/Financiamentos com base em SOFR (Denominados em USD):** Com o objetivo de alongar os vencimentos dos financiamentos de capital de giro e melhorar o hedge natural das receitas de exportação, a Companhia estruturou financiamentos com parcela significativa de contratos de pré financiamento de exportação de médio prazo à taxa SOFR mais margem. Esses financiamentos baseados em SOFR são denominados em USD mais uma margem que varia de 2,30% a 5,03% com uma média de 4,34%. A maioria desses financiamentos está garantida pela cessão de futuros recebíveis de exportação. Estes empréstimos possuem uma taxa de juros média de 9,3%. Em maio de 2024, o Grupo assinou um novo contrato bilateral de USD 6 milhões com o CCB - China Construction Bank, indexado a SOFR + 2,3% com vencimento em março de 2026 e em junho de 2024, um novo contrato bilateral de USD 20 milhões com o Banco do Brasil, indexado a SOFR + 2,2% com vencimento em junho de 2026. Em outubro de 2024, a Tereos contratou um empréstimo de pré-financiamento à exportação no valor de USD 132 milhões junto a um grupo de cinco bancos para sua atividade de Açúcar e Renováveis no Brasil. Essa linha de crédito possui juros baseados no índice SOFR acrescido de uma margem que depende do índice de alavancagem, estando sujeita a descontos ou acréscimos aplicáveis relacionados a metas de sustentabilidade alcançadas. Esse pré-financiamento à exportação foi contratado para substituir dois empréstimos anteriores de pré-financiamento à exportação, firmados em junho de 2020 e junho de 2022, os quais foram quitados antecipadamente em paralelo à contratação da nova linha de USD 132 milhões. De forma semelhante aos dois contratos anteriores que foram refinanciados, essa nova linha está parcialmente garantida pela cessão de recebíveis futuros de exportação. O valor total em aberto dos financiamentos em dólares baseados em SOFR é de R\$ 1.267 milhões (R\$ 1.568 milhões em 31 de março de 2024). **c/Financiamentos baseados em TJLP (Taxa de juros estadual de longo prazo):**

★ continuação			
20. IMPOSTO DE RENDA DIFERIDO E IMPOSTO DE RENDA			
Segundo a IAS 12 (CPC 32), os impostos diferidos baseiam-se em diferenças temporárias entre os valores contábeis dos ativos e passivos e as suas bases fiscais. Os impostos diferidos são reconhecidos como despesas e receitas na demonstração do resultado, a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos em outros resultados abrangentes. Neste caso, os impostos diferidos são registrados, também, em outros resultados abrangentes. Os impostos diferidos são calculados com base na alíquota fiscal a ser aplicada durante o exercício fiscal em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, sendo classificados em ativos e passivos não circulantes. Os efeitos das variações nas alíquotas do imposto de um período para outro são lançados no resultado do exercício em que a variação ocorreu, a menos que se esteja relacionada a itens anteriormente reconhecidos fora da demonstração do resultado. Prejuízos fiscais não utilizados possuem prazo indeterminado e não estão sujeitos a ajuste de inflação. A recuperação esperada de todos os ativos de imposto diferido é suportada por projeções de lucros tributáveis, que foram aprovadas pela Administração da Companhia. Essas projeções de lucros tributáveis futuros incluem várias estimativas relativas ao desempenho das economias internacionais e especificamente econômica em que o Grupo atua, flutuações de taxa de câmbio, volume de vendas, preço de vendas, alíquotas fiscais, que podem diferir dos dados e valores reais. O ativo fiscal diferido decorrente de diferenças temporárias, de prejuízos fiscais e de créditos fiscais passíveis de diferimento está limitado ao montante estimado de realização do imposto. Essa posição é analisada a cada encerramento de exercício, de acordo com a previsão do lucro tributável das entidades fiscais aplicáveis. Segundo a IAS 12 (CPC 32), o ativo e o passivo fiscais diferidos não são descontados a valor presente. A composição do imposto de renda corrente e diferido no balanço patrimonial é apresentada a seguir: (em milhões de R\$)			
	31 de março de 2025	31 de março de 2024	
Imposto de renda a recuperar	59	75	
Imposto de renda a pagar	—	(54)	
Total do Imposto Corrente	59	21	
Impostos diferidos ativos	220	311	
Total de Impostos Diferidos	220	311	
O imposto de renda diferido líquido é R\$ 220 milhões ativo, incluindo R\$ 287 milhões decorrentes de prejuízos fiscais acumulados. A composição dos impostos diferidos registrados no balanço patrimonial é descrita a seguir:			
	31 de março de 2025	31 de março de 2024	
(em milhões de R\$)			
Impostos diferidos ativos na demonstração de resultado	190	236	
Impostos diferidos ativos no patrimônio líquido	31	75	
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo	220	311	
Total de Impostos Diferidos	220	311	
(em milhões de R\$)			
Diferenças entre o valor contábil e a base fiscal	(65)	74	
Ativo fixo tangível e intangível	(297)	(137)	
Ativos biológicos	(38)	(86)	
Ativos e passivos financeiros	232	262	
Outros	38	34	
Prejuízos fiscais não utilizados e identificados como imposto diferido ativo	287	237	
Total	220	311	
A variação dos impostos diferidos está apresentada a seguir:			
	31 de março de 2025	31 de março de 2024	
(em milhões de R\$)			
Impostos diferidos em 1 de abril	311	400	
Valor registrado na demonstração do resultado	(46)	(97)	
Valor registrado em outros lucros abrangentes	(44)	8	
Impostos diferidos em 31 de março	220	311	
A expectativa de recuperação dos créditos com impostos diferidos sobre prejuízos fiscais, indicada pelas projeções do lucro tributável aprovadas pela Administração da Companhia, é a seguinte:			
	31 de março de 2025	31 de março de 2024	
(em milhões de R\$)			
N+1	11	77	
N+2	51	65	
N+3	52	63	
N+4	72	32	
N+5	101	—	
Total	287	237	
Impostos diferidos ativos sobre prejuízo fiscais acumulados não reconhecidos somam R\$ 7 milhões em 31 de março de 2025 (comparados a R\$ 0 milhões em 31 de março de 2024).			
A Diretoria			

Aos Administradores e Acionistas da **Tereos Açúcar e Energia Brasil S.A.** - Olímpia - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Tereos Açúcar e Energia Brasil S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual da Companhia em 31 de março de 2025, o desempenho individual de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentada no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Mensuração do valor justo dos ativos biológicos:** Conforme divulgado na nota explicativa 14 às demonstrações financeiras individuais, a mensuração do valor justo dos ativos biológicos é determinada através de técnicas de avaliação amparadas por mercado não observável e líquido, com premissas que consideram dados internos e externos, principalmente relacionadas a produtividade prevista, preços médios projetados de Açúcar Total Recuperável (“ATR”) e taxa de desconto dos fluxos de caixa. Ajustes nas premissas utilizadas no cálculo do ativo biológico podem, potencialmente, gerar efeitos significativos nas demonstrações financeiras individuais nas rubricas “Ativo biológico”, no ativo circulante e em “Custos dos produtos vendidos”, no resultado do exercício. Em função dos riscos inerentes à subjetividade de determinadas premissas que requerem o exercício de julgamento da diretoria da Companhia e que podem gerar impacto relevante na determinação do valor justo dos ativos biológicos e, consequentemente, nas demonstrações financeiras individuais como um todo, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, entendimento e análise do modelo utilizado para a estimativa do valor justo dos ativos biológicos; envolvimento de especialistas para nos auxiliar na análise e revisão sobre a adequação das principais premissas utilizadas para determinar o valor justo dos ativos biológicos, incluindo produtividade dos canaviais, áreas plantadas e taxa de desconto; comparação das premissas de produtividade com informações históricas internas e externas disponíveis; análise de sensibilidade das premissas significativas utilizadas; avaliação da adequação das divulgações nas respectivas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais de 31 de março de 2025. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do valor justo dos ativos biológicos, que está consistente com a avaliação da diretoria da Companhia, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria da Companhia na mensuração do valor justo dos

NOTAS EXPLICATIVAS DA TEREOS AÇÚCAR E ENERGIA BRASIL S.A.					
I. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES					
21. PROVISÕES					
Provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação (legal, contratual ou constituída) perante um terceiro, desde que possa ser estimada de maneira confiável e seja provável que resulte em uma saída de recursos, sem nenhuma consideração pelo menos equivalente esperada em troca. Quando o efeito do valor do dinheiro no tempo for relevante, a provisão é descontada ao valor presente. A taxa de desconto utilizada para determinar o valor presente deve refletir o valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos relacionados com as obrigações que estão sendo mensuradas. O efeito desse desconto é registrado em despesas financeiras. Uma provisão para reestruturação é reconhecida quando um plano formal detalhado é anunciado ou quando a implementação de um plano de reestruturação já foi iniciada. Ao contrário da definição acima de uma provisão, um passivo contingente é: • Uma obrigação potencial resultante de um evento passado cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um evento incerto que não está sob o controle do Grupo; • Uma obrigação atual resultante de um evento passado para o qual o valor da obrigação não pode ser estimado com segurança ou não é provável que uma saída de recursos econômicos seja necessária para extinguir a obrigação. As seguintes provisões são registradas como segue:					
(em milhões de R\$)					
Provisão trabalhista					
Provisão tributária					
Provisão ambiental					
Outras					
Total					
A movimentação nas provisões durante o exercício está apresentada a seguir:					
(em milhões de R\$)					
Em 1 de abril de 2023					
Provisões reconhecidas no ano					
Valores usados					
Em 31 de março de 2024					
Provisões reconhecidas no ano					
Valores usados					
Em 31 de março de 2025					
O quadro abaixo apresenta um resumo dos litígios com perda provável e possível envolvendo a Companhia:					
	Provável	Possível			
Trabalhista	Número de ações	Número de ações	Ações com provável perda		
240	40	534	105		
—	—	321	2.192		
4	3	142	17		
12	7	55	28		
256	50	1.052	2.343		
212	39	556	94		
1	1	346	1.964		
5	3	144	17		
10	6	59	32		
228	48	1.105	2.106		
Provisões Trabalhistas: A Companhia enfrenta processos trabalhistas. As principais reclamações desses processos são: (i) horas extras por prorrogação da jornada; (ii) hora extra durante horário de almoço; (iii) adicional por insalubridade e adicional de periculosidade; (iv) indenização em decorrência de acidente de trabalho; e (v) terceirização de mão de obra. Provisões Tributárias: A Companhia está envolvida em diversos processos tributários envolvendo principalmente: (i) Créditos de PIS/COFINS sobre operações agrícolas e outros créditos tributários de natureza mais ampla; (ii) Base tributável de IRPJ e CSLL decorrente do ágio; (iii) Redução de ICMS sobre o açúcar VHP destinado a fins alimentícios; (iv) Encargos previdenciários sobre exportações; (v) ICMS sobre exportação - perdas técnicas; (vi) Créditos de ICMS sobre bens intermediários essenciais ao processo produtivo; (vii) Créditos de ICMS relacionados ao consumo de diesel vinculado à produção de cana-de-açúcar e (viii) ICMS devido a desvios informados entre produção e vendas. Provisões Ambientais: A Companhia atualmente figura como parte em processos administrativos e judiciais relacionados, principalmente, a ocorrência de incêndios em áreas de cultivo de cana-de-açúcar. Provisões Cíveis: A Companhia figura como parte em litígios de naturezas distintas, ligados, principalmente, a acidentes de trabalho, acidentes de trânsito, incêndios, rescisões contratuais litigiosas e recuperações de crédito, dentre outras. Na data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras individuais, a Administração não tem conhecimento de nenhum processo adicional envolvendo riscos significativos que possam afetar a receita ou posição financeira da Companhia.					

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais

ativos biológicos, assim como as respectivas divulgações relacionadas a esse assunto na nota explicativa 14, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais. *Valorização dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos e designação da contabilidade de proteção (“hedge accounting”):* Conforme descrito nas notas explicativas 16 e 17 às demonstrações financeiras individuais, a diretoria da Companhia mantém estratégias para proteger seus fluxos de caixa futuros do impacto de variáveis relevantes, tais como flutuações de câmbio, juros e volatilidade de preços no mercado de commodities. Essas estratégias consistem na contratação de instrumentos financeiros derivativos específicos para cada tipo de risco (futuros, swap, forward, entre outros). Alguns desses instrumentos financeiros são designados como objeto de *“hedge”* atrelados a um risco específico determinado e documentado, com a finalidade de reconhecer no mesmo momento o resultado dos impactos do instrumento (derivativo e não derivativo) e do objeto protegido, o que é conhecido como *“hedge accounting”*. Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à complexidade das estimativas e elevado grau de julgamento envolvido na mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos, bem como na determinação de uma relação de hedge e sua efetividade e, os impactos significativos nas demonstrações financeiras que alterações nas premissas de mensuração dos instrumentos financeiros e designações de hedge podem gerar. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, entendimento e análise dos modelos aplicados pela diretoria da Companhia na avaliação da valorização dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos e designação da contabilidade de proteção (*“hedge accounting”*); obtenção de confirmações externas junto às instituições financeiras; envolvimento de especialistas em instrumentos financeiros para avaliar a adequação da documentação suporte das relações de hedge, bem como a razoabilidade das principais premissas utilizadas para calcular o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, utilizando informações de transações recentes de mercado, taxa de desconto e risco de crédito da Companhia e das contrapartes; avaliação da adequação das divulgações nas respectivas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais de 31 de março de 2025. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a valorização dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos e a designação da contabilidade de proteção (*“hedge accounting”*), que está consistente com a avaliação da diretoria da Companhia, consideramos que os critérios e premissas utilizados para a determinação da valorização dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos e designação da contabilidade de proteção (*“hedge accounting”*) adotados pela diretoria da Companhia, assim como as respectivas divulgações relacionadas a esse assunto nas notas explicativas 16 e 17, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais. **Ênfases: a) Representação dos valores correspondentes:** Conforme mencionado na nota explicativa 2.5, em decorrência da mudança na prática contábil e classificação adotadas pela Companhia em 31 de março de 2024 para a apresentação de sua demonstração de resultado, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo representados como previsto no CPC 23/IAS 8, (Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro). Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto. **b) Demonstrações financeiras consolidadas:** Chamamos a atenção para a nota explicativa 2.1 às demonstrações financeiras, que descreve que a diretoria da Companhia elaborou um conjunto completo de demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de março de 2025 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), apresentadas separadamente, sobre as quais emitimos relatório de auditoria separado, não contendo qualquer modificação, com data de 27 de junho de 2025. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base

J. OUTRAS INFORMAÇÕES			
22. PARTES RELACIONADAS			
22.1 Transações operacionais com partes relacionadas: As transações apresentadas abaixo não incluem transações com pessoas físicas ou empresas controladas por pessoas físicas. Essas transações não são significativas. Foram realizadas transações com as seguintes empresas:			
	Vendas	Compras	
	31 de março de 2025	31 de março de 2024	31 de março de 2025
(em milhões de R\$)			
Entidades controladoras da Companhia			
a/NewCo Tereos Internacional BR Ltda.	—	(2)	—
b/Tereos Participations	6	(86)	(66)
Coligadas			
Vertente	51	(31)	(30)
Entidades controladas pelo Grupo Tereos			
a/Tereos Commodities France (ex TBE)	2.087	2.580	(8)
b/Tereos Amido e Adoçantes Brasil	7	7	(11)
	A receber	A pagar	
31 de março de 2025	31 de março de 2024	31 de março de 2025	31 de março de 2024
(em milhões de R\$)			
Entidades controladoras da Companhia			
a/NewCo Tereos Internacional BR Ltda.	—	—	2
b/Tereos Participations	6	5	21
Coligadas			
Vertente	14	64	5
Entidades controladas pelo Grupo Tereos			
a/Tereos Starch & Sweeteners Europe	—	—	1
b/Tereos Commodities France (ex TBE)	11	61	4
c/Tereos Amido e Adoçantes Brasil	2	2	—
a/Um contrato de serviços intragrupo foi firmado em 1º de abril de 2016 entre a Tereos Participations como prestadora de serviços e a Companhia e suas subsidiárias. O contrato estabelece os termos e condições sob os quais a Tereos Participations fornecerá aos beneficiários certos serviços, em particular nas áreas de TI, administração, estratégia, seguros, financiamento e tesouraria, contabilidade e consolidação, comunicação, desenvolvimento de negócios, jurídico e tributário. Em consideração pela prestação de tais serviços, a Tereos Participations receberá uma remuneração igual aos custos diretos e/ou indiretos incorridos pela Tereos Participations em conexão com a prestação de tais serviços, além de uma margem de 9%. b/Algumas atividades operacionais (venda de açúcar fora do mercado brasileiro) pelo Grupo foram realizadas com a Tereos Commodities France (uma subsidiária da Tereos Participation) em condições de mercado. c/Alguns reembolsos de despesas são faturados pela Companhia à Tereos Amido e Adoçantes Brasil S.A. 22.2 Transações financeiras com partes relacionadas: As principais transações financeiras foram realizadas com as seguintes empresas:			
	Ativos financeiros	Passivos financeiros	
	31 de março de 2025	31 de março de 2024	31 de março de 2025
(em milhões de R\$)			
Entidades controladoras da Companhia			
NewCo Tereos Internacional BR Ltda.	343	304	—
Coligadas			
Tereos Commodities Brasil	16	14	—
a/Vertente	223	146	—
Entidades controladas pelo Grupo Tereos			
b/Tereos Finance Group 1	—	—	1.292
a/Em junho 2024, a Companhia firmou um novo mútuo de R\$ 50 milhões com a Vertente com data de vencimento em Junho de 2025 e nenhum juro foi pago durante o exercício social. b/Durante a safra, a Companhia captou um novo mútuo de EUR 95 milhões com a Tereos Finance Group 1 com data de vencimento em novembro de 2026 e durante a safra, a Companhia pagou R\$ 87 milhões de juros. Nenhum outro valor material de juros foi pago ou recebido de partes relacionadas nos exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024. Os ativos e passivos financeiros com partes relacionadas são classificados no balanço patrimonial como segue:			
	31 de março de 2025	31 de março de 2024	
(em milhões de R\$)			
Ativos financeiros não circulantes com partes relacionadas	582	464	
Passivos financeiros não circulantes com partes relacionadas	(1.292)	(608)	
Total de Ativos (Passivos) Financeiros Líquidos de Partes Relacionadas	(710)	(144)	
23. EVENTOS SUBSEQUENTES			
Nenhum.			
Contador: Giovani Henrique Alves dos Santos - CRC SP-336385/0-4			

contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: **•** Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. **•** Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. **•** Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. **•** Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. **•** Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 27 de junho de 2025



ERNST & YOUNG
Audidores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-044415/F
Wagner dos Santos Junior
Contador - CRC SP-216386/0-T

Pub Digital - 11-07-25 Tereos Açúcar e Energia Brasil S A Individuais pdf

Código do documento c5618267-fff5-451b-a3f6-d95a55dd6877



Assinaturas



EMPRESA DE PUBLICIDADE RIO PRETO S.A.:59963488000103
Certificado Digital
anderson.sales@diariodaregiao.com.br
Assinou

Eventos do documento

11 Jul 2025, 15:10:55

Documento c5618267-fff5-451b-a3f6-d95a55dd6877 **criado** por ANDERSON DE CARVALHO SALES (a4120835-0b23-4558-ab99-396f3891c048). Email: anderson.sales@diariodaregiao.com.br. - DATE_ATOM: 2025-07-11T15:10:55-03:00

11 Jul 2025, 15:11:30

Assinaturas **iniciadas** por ANDERSON DE CARVALHO SALES (a4120835-0b23-4558-ab99-396f3891c048). Email: anderson.sales@diariodaregiao.com.br. - DATE_ATOM: 2025-07-11T15:11:30-03:00

11 Jul 2025, 15:12:03

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - EMPRESA DE PUBLICIDADE RIO PRETO S.A.:59963488000103 **Assinou** Email: anderson.sales@diariodaregiao.com.br. IP: 186.225.138.98 (antispam.diariodaregiao.com.br porta: 46246). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=AC SOLUTI v5,OU=AC SOLUTI Multipla v5,OU=A1,CN=EMPRESA DE PUBLICIDADE RIO PRETO S.A.:59963488000103. - DATE_ATOM: 2025-07-11T15:12:03-03:00

Hash do documento original

(SHA256):79965bb4725eed8cc71d11963283a6d6160c62e89d3ce4c4bd5b936c7dfe7b83

(SHA512):28f91c6882ef7aceca02d1273d64b08ace98bcb31d97c60235b746cb4965696dd66bd5a99425587bd319f9ae608d5a0b6b085adcf9c8871f430a0aee2421b541

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.